

Uma leitura das condições de vida dos escravos através dos registros de óbitos: a MATA MINEIRA e o LITORAL SUL FLUMINENSE nos anos 1847-1888

Rômulo Garcia de Andrade¹

Resumo

No presente artigo analisamos as condições de vida dos escravos na Zona da Mata de Minas Gerais e no Litoral Sul Fluminense através dos assentamentos de óbitos, que também revelam a negligência dos párocos em registrar todas as informações relacionadas ao cerimonial funerário, a disseminação de doenças infecto-contagiosas devido à precariedade das senzalas, o elevado índice de mortes na população escrava resultante sobretudo das más condições de vida, trabalho, habitação, alimentação e mesmo de vestuário, a falta de nomenclatura própria para as doenças da época, os empecilhos enfrentados pelos escravos em sua reprodução vegetativa, evidenciada nos altos índices de mortalidade de crianças e adultos jovens, a necessidade de se atentar para a influência das conjunturas epidêmicas em suas oscilações, e a relevância do braço escravo em outras atividades, que não a lavoura.

Palavras-chave

Escravidão, Óbitos, Zona da Mata mineira, Litoral sul fluminense

Abstract

In this article we analyze the living conditions of slaves in the Zona da Mata of Minas Gerais and the Southern Coast of Rio de Janeiro State through death settlements, which also reveals the pastors negligence to record all information related to the funeral ceremony, the spread of infectious and contagious diseases due to the precariousness of slave quarters, the high death rate in the slave population mainly due to the poor living conditions, work, housing, food and even clothing, the lack of the diseases' nomenclature for that period, the obstacles faced by slaves in their vegetative reproduction, as evidenced in high rates of mortality among children and young adults, the need to be aware of the epidemic conjunctures influence in their oscillations, and the slave labor importance in other activities besides farming.

Key words

Slavery, Deaths, Zona da Mata of Minas Gerais, Southern coast of Rio de Janeiro State

¹ Professor colaborador do PPGH/UFRRJ. E-mail: andradeandrades@uol.com.br.

*Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras.
Mas só há duas nações – a dos vivos e a dos mortos.*

Mia Couto. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**
(Romance)

O padre Antonio Caetano da Fonseca, vigário da Freguesia de São Paulo do Muriaé (MG), proprietário de terras e escravos, redigiu, em 1863, um manual de orientação agrícola em que se preocupava, entre outros assuntos, com o tratamento dado ao escravo e à sua constituição familiar, identificando corretamente vários elementos do que Maria Luiza Marcílio denominaria demografia do escravo brasileiro (MARCÍLIO, 1984:201-202).

É indubitável que a raça africana tem a mesma propriedade para a reprodução como a raça branca e que nas fazendas em que ela não se aumenta deve a sua diminuição a causas especiais: como são os lugares insalubres das suas habitações, o mau tratamento diário, pouca atenção e abandono mesmo nas suas enfermidades, o trabalho excessivo [...] (FONSECA, 1863:101-102).

Adicione-se às preocupações do padre Antonio Caetano da Fonseca a disseminação de doenças trazidas pelo tráfico, influenciada por fatores mesológicos identitários, entre o continente africano e o Brasil, como umidade do ar e clima. O quadro nosológico regional certamente foi impactado por esses fatores, mas o rol de *causa mortis* nos inventários e assentamentos de óbitos os relativiza, enfatizando, no tocante à população escrava adulta, razões laborais, como afogamentos, soterramentos, queimaduras, mordidas de cobra, desastres², ou se limitando aos genéricos “enfermidade” e “moléstia”. Para as crianças, a classificação é um pouco mais detalhada – bichas, bronquite, catarro sufocante, convulsões, coqueluche, diarreia, escrófula, febre, hidropsia, lombrigas, queimaduras, sarampo, tétano, tremor na cabeça e vermes, entre outras não reveladas – indicando que a morte prematura do escravo se deveu sobretudo à “correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença” (KARASCH,2000: 207). A nosologia da morte traduz a má qualidade de vida, decorrente de alimentação inapropriada, atendimento médico incipiente e falta de infraestrutura da senzala, que fazia repercutir mais facilmente as doenças

² O termo desastre designava, em verdade, acidentes diversos, como queimaduras, afogamentos, etc.

contagiosas e agudizava os problemas gastrointestinais, tornando os cativos, notadamente os inocentes³, muito vulneráveis às enfermidades endêmicas e epidêmicas. Deve-se lembrar que suicídios, assassinatos e lesões provocadas no parto, realizado em geral por parteiras e curiosas com algum conhecimento prático, faziam aumentar essa sinistra estatística. O impacto das doenças infectocontagiosas na redução do tempo de vida das crianças, por condições insalubres das senzalas e falta de tratamento adequado, pode ser percebido na confluência das mortes ocasionadas por doenças disseminadas entre infantes do mesmo plantel, como mostra o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – MORTES POR DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS - JUIZ DE FORA, 1852-1888

Datas dos óbitos	Ref.	Nomes das crianças	Idades	Causas das mortes	Proprietários
10.10.1886	Fl.24v/223	Pio	90d	Catarro sufocante	Felicíssimo Duarte dos S.Silva
11.10.1886	Fl.24v/224	Magdalena	68d	Idem	Idem
08.08.1884	Fl.23v/213	Teophila	4me	Coqueluche	Joaquim Correa
09.08.1884	FL.23v/214	Jerônimo	1a3me	Idem	Idem
29.08.1884	Fl.23v/215	Leonor	5me	Idem	Idem
03.01.1876	Fl.11/090	Silvério	1a6me	Enfermidade	Major Manoel G. de Oliveira
09.01.1876	Fl.11/091	Alberto	9me	idem	idem
16.01.1876	Fl.11v/094	Leopoldina	1me	Idem	Idem
18.01.1876	Fl.11v/095	Valentim	2a1me	Idem	Idem

FONTE: Livros de Registros de Óbitos, Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora

Esta amostra consolida dados colhidos anteriormente em outro município da Mata, São João Nepomuceno, cujos registros de óbitos de ingênuos revelam centenas de vidas ceifadas precocemente, vítimas dos surtos epidêmicos de sarampo, coqueluche, bronquiolite e caxumba, ocorridos nos plantéis (ANDRADE, 2008: 9).

³ Até os sete anos de idade, aproximadamente, a criança era considerada “inocente” pela igreja, pois estaria impossibilitada de pecar, o que tornava desnecessário o recebimento de sacramentos. Entretanto, na prática, essa idade se prolongava um pouco mais (FARIA, 2000:189).

As informações deste artigo resultam da análise de 2.070 assentamentos de óbitos para o recorte temporal de 1847-1888⁴, bastante dificultada pelas omissões e pela falta de uniformidade que caracterizavam as anotações oficiais da Igreja, revelando a autonomia dos padres locais na realização e na escrituração dos ritos católicos e a pouca influência das normas eclesiásticas nos registros paroquiais (FARIA, 2000:183). Visitar a “nação dos mortos” não é, portanto, tarefa fácil. Os registros em tela, por exemplo, fazem alusão à cerimônia de encomendação da alma, mas omitem se o moribundo teve acesso aos sacramentos recomendados pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que também determinavam aos proprietários a obrigação de darem sepultura e demais socorros espirituais aos seus escravos (REIS:173,106-110, apud RODRIGUES:210, nota 2).

Ademais, cometem imprecisões no tratamento dos óbitos de ingênuos, para os quais a Lei do Ventre Livre determinava escrituração em livro próprio. Inadvertidamente, por diversas vezes os párocos lançaram anotações relativas a ingênuos no mesmo Livro de Escravos, contrariando a norma jurídica, e apenas ressaltando que se enquadravam na Lei do Ventre Livre e que suas mães e/ou pais eram escravos, ou ainda que se encontravam sob a tutela de seus senhores. Alie-se a todas essas questões o fato de a morte prescindir da assistência de padres, elementos indispensáveis em batizados e casamentos. Os moribundos e suas famílias poderiam simplesmente abrir mão da sua presença. Tratava-se, na realidade, de uma escolha. Pode-se pensar que várias pessoas, escravas em particular, faleceram e foram enterradas sem que os párocos tomassem conhecimento (FARIA, 2000:181-189). Apesar das lacunas, essa tipologia documental – sobretudo se cruzada com outras fontes – constitui importante instrumento de análise das condições de vida da população escrava.

Com relação aos locais de enterro, a documentação não permitiu perceber certos detalhes encontrados em São Salvador, sede da Comarca de Campos dos Goitacazes, certamente porque nossa pesquisa ficou circunscrita à população escrava. A associação a Irmandades se configurou como prerrogativa da população livre e abastada, nunca como referência da população escrava, tanto nos registros de óbitos quanto nos inventários. A

⁴ Livro 02 de Óbitos de Escravos, Arquivo da Cúria de Itaguaí, 1847-1856, 980 registros; Livro de Registros de Óbitos de Escravos, Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, 1852-1888, 641 registros; Livro de Óbitos de Ingênuos de S. João Nepomuceno, 1872-1887, 230 registros; Livro de Óbitos de Escravos, Arquivo da Prefeitura Municipal de Leopoldina, 1880-1888, 219 registros.

vinculação a Irmandades, sobretudo à Ordem Terceira do Carmo, com pedidos de mortalhas e doações para celebração de missas, foi encontrada somente nos testamentos dos proprietários. Segundo Sheila Faria, naquela freguesia fluminense, na segunda metade do século XIX, as Irmandades controlavam o espaço de suas covas, dentro e fora das igrejas ou capelas, e esta informação constava dos assentamentos: “[...] foi enterrado nas covas da Irmandade do Santíssimo, na Igreja de São Salvador”. Os mais ricos ocupavam lugares privilegiados, geralmente no interior das igrejas e das capelas e próximos a altares, e os mais pobres, locais mais afastados, ou seja, as hierarquias sociais da vida cotidiana eram reproduzidas na geografia dos sepultamentos. A geografia funerária também dava tratamento diferenciado aos escravos e aos livres pobres: em sua maioria, os escravos eram sepultados no adro, enquanto as covas de fábrica eram destinadas preferencialmente aos livres pobres e aos libertos: “os registros não permitem que distingamos a diferença entre ‘adro’, ‘cemitério’ e ‘covas da fábrica’, mas tudo indica que, até mesmo após a morte, mantinham-se representações e simbolismos que separavam hierarquicamente livres e cativos” (2000:193-194).

Dos óbitos ocorridos em Bananal – uma das paróquias pertencentes a Itaguaí, no litoral sul fluminense - retiramos alguns indicadores: a) 61% dos escravos com idade declarada eram crianças até 14 anos e majoritariamente fluminenses; b) alto índice de mortalidade entre os inocentes, constituindo 57% das ocorrências; c) baixa expectativa de vida da população escrava, vez que 86% dos óbitos ocorreram até os 40 anos, situação consolidada quando, ao apartar os africanos para melhor análise, encontramos a idade média de 41 anos; d) todos os africanos falecidos eram adultos, referendando o envelhecimento dos cativos com essa proveniência; e) incremento de óbitos nos anos 1855/1856, refletindo a epidemia de cólera que assolou a região sul fluminense naquele período (Tabela 1).

Tabela 1 – ÓBITOS DE ESCRAVOS OCORRIDOS NA PARÓQUIA DE N. SR.^a DA CONCEIÇÃO DO BANANAL (RJ), 1847-1860

PERÍODO	Nº DE ÓBITOS POR IDADE							SUBTOTAL	Não consta idade
	TOTAL	Inocente*	Inocente até 7 anos**	8 a 14 anos	15 a 40anos	41 ou mais			
1847-1849	91 (9%)	4	53	-	21	13	91	-	
1850-1854	317 (32%)	37	73	11	46	13	180	137	
11855-1860	572 (58%)	2	303	21	138	88	552	20	
TOTAL	980 (100%)	43	429	32	205	114	823	157	
		5,2%	52,1%	3,9%	24,9%	13,9%	100,0%		

FONTE: Livro 02 de Óbitos de escravos, Arquivo da Cúria de Itaguaí.

NOTA: (*) inocente sem idade expressa; (**) inocente com idade expressa.

Africanos e crioulos representavam conjuntos diferenciáveis de elementos que, aparentemente disjuntos, tinham em comum sua condição de escravos. Os assentamentos de óbitos radiografam suas diferenças e semelhanças, auxiliando na tarefa de reunir as diversas partes que constituem um todo. Em Bananal, os africanos mereceram um estudo mais detalhado em virtude de sua importância no conjunto da população escrava adulta, presente nos registros de óbitos. Dos 319 adultos falecidos, 231(ou 72%) eram africanos. Mais de 90% dos homens eram solteiros, não obstante a maioria se situar na faixa etária acima dos 40 anos: o alto índice de filhos naturais remete às suas ligações passageiras. As mulheres, em média um pouco mais jovens, também não se casavam facilmente – apesar da aparente disponibilidade do sexo oposto (RM=151)⁵ – mas parte delas acabava por constituir famílias “quebradas”, compostas por mães solteiras. Os senhores desconheciam, muitas vezes, a idade de seus escravos, fato sugerido pela profusão de números redondos – em destaque na Tabela 2 – e pela quantidade de idades presumíveis constantes dos registros. Havia também muita desinformação sobre a proveniência, e os assentos com essa especificação não atingiam 10%, sendo prática comum acrescentar ao nome cristão o genérico “de Nação”, ou “preto/estrangeiro” (Tabelas 2,3,4).

⁵ Essa Razão de Masculinidade refere-se apenas aos escravos de origem africana.

Tabela 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS POR IDADE
Paróquia de N.Sr.^a da Conceição do Bananal (RJ), 1847-1860

IDADE DOS ESCRAVOS AFRICANOS (EM ANOS)								
Idades (I)	Frequências (F)	I x F	Idades (I)	Frequências (F)	I x F	Idades (I)	Frequências (F)	I x F
12	1	12	32	2	64	54	3	162
16	2	32	33	3	99	55	2	110
17	1	17	34	3	102	56	1	56
18	3	54	35	3	105	60	23	1380
19	1	19	36	3	108	63	1	63
20	16	320	38	6	228	70	6	420
22	3	66	40	30	1200	80	5	400
23	1	23	42	1	42	SUBTOTAL...	204(88%)	8.445
24	3	72	44	1	44	N/C	27 (12%)
25	3	75	45	4	180	TOTAL	231(100%)	8.445
26	1	26	46	2	92			
28	1	28	48	2	96			
30	30	900	50	37	1850	IDADE MÉDIA: (8445:204) 41,4		

FONTE: Livro 02 de Óbitos (1847-1856), Arquivo da Cúria de Itaguaí.

Tabela 3- DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS, POR GÊNERO
Paróquia de N. Sr.^a da Conceição do Bananal (RJ), 1847-1860

Homens africanos	Mulheres africanas	Total
139 RM = 151	92	231
(60%)	(40%)	100%

FONTE: Livro 02 de Óbitos (1847-1856), Arquivo da Cúria de Itaguaí.

Tabela 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL
Paróquia de N. Sr.^a da Conceição do Bananal (RJ), 1847-1860

ESCRAVOS AFRICANOS FALECIDOS					
Gênero	Estado Civil				
	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Não consta
Masculino	80 (93%)	5 (6%)	1 (1%)	86 (100%)	53
Feminino	37 (82%)	3 (1%)	5 (17%)	45 (100%)	47
Total	117	8	6	131	100
	89%	6%	5%	100%	

FONTE: Livro 02 de Óbitos (1847-1856), Arquivo da Cúria de Itaguaí.

Do Livro de Óbitos de Escravos do Cemitério da Cidade de Leopoldina (MG)⁶ extraem-se resultados que guardam relação com os de Bananal: a maior porcentagem de óbitos se concentrava no intervalo de 30 a 44 anos, sendo poucos os que chegavam aos 50 anos. A faixa etária dos 40 aos 50 anos constituía para o escravo a curva assíntota aos eixos da vida e da morte, o fim de sua capacidade produtiva e a resultante dos anos de exploração a que foi submetido (Tabela 5). Com relação aos africanos adultos, todavia, os números de Leopoldina (33%) destoam de Itaguaí (72%), revelando a fraca presença africana naquele local. Uma explicação possível seria que, embora tendo algum escravo ligado à atividade de subsistência e mesmo à cafeicultura antes de 1860, foi, em torno dessa época, que se iniciou em Leopoldina o deslanche da economia cafeeira, portanto, uma década após o fim do tráfico internacional (ANDRADE, 2002:118-119).

Tabela 5 - ÓBITOS DE ESCRAVOS DE LEOPOLDINA (MG), 1880-1888⁽¹⁾

ANOS	Escravos Enterrados – Idade (em anos)							TOTAL				
	0-14	15-29	30-44	45-59	60-74	75 ou +						
1880-1888	7	55	87	33	34	3	219					
Sexo		Origem			Estado Civil							
Masculino (60%)	Feminino (40%)	Não declarada ---	África (33%)	Brasil (67%)	Solteiro (65%)		Casado (20%)		Viúvo (12%)		Não consta (3%)	
131	88	118	33	68	H	M	H	M	H	M	H	M
					88	54	28	16	10	16	5	2
Faixa Etária			Crioulos			Africanos						
0 - 14			-			-						
15 - 29			24 (36%)			-						
30 - 44			30 (44%)			5 (15%)						
45 - 59			11 (16%)			7 (21%)						
60 - 74			3 (4%)			18 (55%)						
75 ou +			-			3 (9%)						
Total			68 (100%)			33 (100%)						

FONTE: Arquivo da Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG). Livro de óbitos de escravos enterrados no cemitério da cidade de Leopoldina.

NOTA: (1) - 20 de agosto de 1880 a 24 de abril de 1888.

⁶ Arquivo da Prefeitura Municipal de Leopoldina.

Os óbitos de Juiz de Fora se apresentaram em curva ascendente nas décadas de 50 a 70, exprimindo o aumento do contingente escravo nas propriedades, condizente com o vigor da atividade econômica naquele período. Bem mais velhos, os africanos falecidos, todos em idade adulta, apresentavam a média de idade de 56,16 anos contra 14,65 dos crioulos, revelando a configuração do plantel africano, composto, exclusivamente, por adultos e idosos, quantitativamente em descenso por conta da falta de renovação da mão de obra africana, em decorrência da extinção do tráfico internacional e de sua gradativa substituição por escravos nascidos no Brasil.

Não havia, contudo, distinção entre crioulos e africanos na determinação do local de sepultamento. Na década de 50, todos eram enterrados no adro da matriz. Nos anos sessenta, a destinação preferencial passou a ser o cemitério público, seguindo, certamente, uma tendência geral.⁷ Outros locais também serviram ao seu descanso perene: os cemitérios de Mathias Barbosa, da Boiada e de Medeiros. Alguns poucos foram enterrados no cemitério das fazendas onde viviam e, se alugados à Cia. União Indústria, o lugar do sepultamento poderia ser, excepcionalmente, o cemitério da própria companhia.

O Recenseamento de 1872 informa sobre a existência, na Freguesia de Santo Antonio de Juiz de Fora, de 1.074 pretos, pardos e caboclos livres, menos de 10% dos moradores locais. No município, tal população atingia a expressiva cifra de 7.029 indivíduos, cerca de 30% do conjunto de habitantes. É provável que parte dela vivesse miseravelmente, dando origem àqueles que, em suas anotações de óbitos, os párocos designavam por “libertos desvalidos”. Na hora da morte, não lhes valia a liberdade: sem recursos, a distinção social desaparecia e os igualava aos escravos, tanto na burocracia clerical quanto na inumação.

No início do século XIX, os escravos africanos adultos, do sexo masculino, chegavam a atingir mais que o triplo do número de mulheres africanas presentes nos

⁷ Na Bahia, em 1836, ocorreu um episódio conhecido como *cemiterada*, que começou como uma manifestação convocada pelas Irmandades e Ordens Terceiras de Salvador e organizações católicas leigas e terminou com a depredação do cemitério local, denominado *Campo Santo*. O motivo da revolta é que, no dia 26 de outubro daquele ano, passaria a vigorar uma lei proibindo o tradicional costume de enterros na igreja e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador, por 30 anos. A pressa na instalação do cemitério decorria de denúncias da própria igreja católica. O pároco da freguesia de Vitória, Joaquim de Almeida, denunciou a situação de sua matriz “[...] já saturada de cadáveres [...], exalando miasmas que ameaçam grande mal [...]” (REIS, 1991:13, 292).

plantéis da Zona da Mata Sul (PINHEIRO, 2007:50, Tab. 4.3 e 4.4). Essa discrepância entre gêneros repercutiu, posteriormente, na conformação dos óbitos do município, porquanto 80% dos africanos falecidos eram do sexo masculino. Para os crioulos, os registros se distribuíram de forma mais equitativa entre homens e mulheres adultos, servindo, ao mesmo tempo, de indicadores das altas taxas de mortalidade de crianças vitimadas, sobretudo, por doenças infectocontagiosas, e, validando informações colhidas em outras fontes, como inventários e registros de batismos acerca do baixo índice de legitimidade: mais de 3/4 das crianças mortas eram filhos naturais.

Os registros também revelaram a relevância do braço escravo em outras atividades, que não a lavoura, assinalando sua cessão a particulares, mas, principalmente, a empresas que traziam para Juiz de Fora a estrada e a ferrovia. O alto grau de dependência dos grandes cafeicultores em relação à força de trabalho servil extrapolava o universo rural e se estendia às iniciativas vinculadas à modernização dos meios de transporte, visando à maior dinamização da atividade agroexportadora e à consolidação de um mercado interno de consumo. A partir de 1855, o cafeicultor Mariano Procópio Ferreira Lage, Presidente da Companhia União e Indústria, que então se empenhava na construção da primeira rodovia brasileira macadamizada, unindo Petrópolis a Juiz de Fora – a Rodovia União e Indústria – iniciou a prática de alugar escravos no intuito de agilizar aquele empreendimento. Embora contrariasse o contrato firmado pela empresa junto ao governo imperial, através do qual se comprometera a utilizar apenas trabalhadores livres, os contratos de locação de cativos se sucederam e foram pactuados não somente com os cafeicultores locais, mas também com as companhias mineradoras de Minas Gerais (LAMAS & OLIVEIRA, 2007:1-6).

Diversos assentamentos de óbitos dos escravos continham a anotação “empregado no Serviço da Cia. União e Indústria”, confirmando sua participação nas obras da rodovia. A maioria dos cativos cedidos à Companhia tinha como proprietários pessoas físicas, mas alguns pertenciam à Cia. Gongo Soco, denominação tupiniquim da Imperial Brazilian Mining Association, companhia inglesa exploradora de ouro e primeira empresa de capital

estrangeiro a se instalar em Minas Gerais.⁸ Esses registros abarcam o período de 1855 a 1871 e envolvem 19 proprietários e 27 escravos, dentre os quais 7 mulheres (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – ESCRAVOS EMPREGADOS NO SERVIÇO DA COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA, JUIZ DE FORA, 1855 – 1871

Anos	Homens	Mulheres	Totais
1855	12	5	17
1856	4	1	5
1858	2	1	3
1864	1	-	1
1871	1	-	1
Total	20	7	27

FONTE: Livros de Registros de Óbitos, Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

Quadro 3 – PROPRIETÁRIOS COM ESCRAVOS ALUGADOS À COMPANHIA UNIÃO INDÚSTRIA - JUIZ DE FORA, 1855-1871

Nomes dos Proprietários	Nº de escravos
1. Antonio de Souza Reis e Silvério de Araújo Louzeiro	2
2. Antonio Moreira da Silva	1
3. Carlos José da Costa	1
4. Cia. do Gongo Socco	3
5. Custódia Francisca do Sacramento	3
6. Felisberto Soares de Gouveia Horta	1
7. Francisco Carneiro de Miranda e Irmãos	2
8. Francisco da Silva Campos	1
9. Francisco Loures	1
10. Francisco Vieira da Silva	1
11. Joaquim Ignácio de Carvalho, tenente-coronel	1
12. Joaquina Carolina de Jesus	1
13. José Fernandes Pereira Guimarães	2
14. José (?) Gomes e Souza	1
14. Leandro Barbosa Teixeira, capitão	1
15. Manoel da Costa	1
16. Modesto Casimiro Pinto Coelho da Cunha	1
17. Quintiliano Constante de Lima	1
18. Silvestre Delgado	1
19. Nome Ilegível	1

FONTE: Livros de Registros de Óbitos, Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

⁸ Atualmente, Gongo Soco é uma mina de minério de ferro, localizada no município de Barão de Cocais (MG) e explorada pela Cia. Vale do Rio Doce <<http://wikimapia.org/8810658/pt/Mina-de-Gongo-Soco>>, último acesso em 10.03.2010).

Embora a Companhia tivesse cemitério próprio, ele pouco se prestou a seus trabalhadores, pois, exceto um – Lino, africano, 30 anos, falecido em 1864, escravo de José Gomes de Souza – que ali enterraram, todos os demais foram sepultados no adro da matriz ou no cemitério público. A permanência de trabalhadores escravos a serviço da Cia. União e Indústria, muitos anos após a inauguração da rodovia em 1861, faz supor que os contratos de aluguel se mantiveram ao longo do tempo, deslocando-se a força de trabalho servil para outros empreendimentos, possivelmente a construção das estradas vicinais que interligaram a rodovia principal a outras áreas cafeeiras da Zona da Mata e do Vale do Paraíba fluminense, cujas obras se delongaram até 1868 (STEHLING, 1979, apud LAMAS & OLIVEIRA, 2007:1).

Agregando aos assentamentos de óbitos da Cia União Indústria os demais apresentados no texto e tomando em consideração a importância do braço escravo, buscamos conhecer melhor suas condições de vida. Embora a negligência dos párocos em registrar todas as informações relacionadas ao cerimonial funerário implique restrições às possibilidades desses documentos – tornando-os um tipo de parâmetro demográfico limitado, que requer a necessidade de cruzamento com outras fontes – eles atestam os empecilhos enfrentados pelos escravos em sua reprodução vegetativa, evidenciada nos altos índices de mortalidade de crianças e adultos jovens, e indicam a necessidade de se atentar para a influência das conjunturas epidêmicas em suas oscilações.

Ao mesmo tempo, mostram que a população escrava morria mais que a livre, sobretudo devido às más condições de vida, trabalho, habitação, alimentação e mesmo de vestuário. À lacuna dos documentos paroquiais, aliava-se a falta de nomenclatura própria para as doenças da época, já que a ciência ainda não dispunha de meios para classificar e tratar de todos os males, sendo, por essa razão, o diagnóstico precário, gerando registros genéricos, como “enfermidade” ou “moléstia interior”. Entre o final do século XVII e os anos trinta do XIX, apenas 18% dos 22.747 escravos enterrados na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro receberam anotação sobre a causa da morte (KARASCH, 2000:212, Tabela 6.3).

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Rômulo. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (um estudo sobre as fazendas de café de Juiz de Fora, 1850-88). In: LIBBY, D. & PAIVA, C.A. (orgs.). 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira: história econômica e demografia histórica. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002, v. 2, 2002:91-124.
- _____. Legitimidade, Compadrio e Mortalidade de Escravos: freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Século XIX. In: XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2008, Diamantina (MG). **Anais...** Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A022.pdf>, último acesso: 10.03.2010.
- FARIA, Sheila de Castro. A morte de livres e escravos em registros católicos – séculos XVIII e XIX. **População e Família**. São Paulo, n.3, jan/jun 2000:181-206.
- FONSECA, Antonio Caetano da (padre). **Manual do agricultor dos generos alimenticios ou methodo da cultura mixta desses generos nas terras cansadas pelo sistema vegeto-animal; modo de criar e tratar o gado, e um pequeno tratado de medicina domestica para fazendeiros**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAMAS, Fernando Gaudereto & OLIVEIRA, Luís Eduardo de. As vicissitudes da escravidão e da imigração em Minas Gerais: a Companhia União e Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879). In: III ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2007. **Anais [...]**. V. único. Florianópolis (SC): EDUFSC, 2007:1-13.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do Século XIX. In: Idem (org.). **População e Sociedade** (Evolução das Sociedades Pré-Industriais). Petrópolis: Vozes, 1984.
- PINHEIRO, Fábio W.A. O Tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, PPGHIS, 2007.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. População, costumes fúnebres e epidemias: o papel desestruturador dos surtos epidêmicos sobre a administração dos últimos sacramentos aos moribundos (Rio de Janeiro, século XIX). **População e Família**. São Paulo: n. 3, 2000:207-226.
- STEHLLING, Luiz José. Juiz de Fora: a Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1979.